

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 59.068 - BA (2018/0272715-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE** : **EDDY ELSON BRANDÃO NUNES**  
**ADVOGADOS** : **ADHEMAR SANTOS XAVIER - BA015550**  
 : **IANDRA BASTOS COSTA CRUZ - BA052230**  
**RECORRIDO** : **ESTADO DA BAHIA**  
**PROCURADOR** : **SIMONE SILVANY DE SOUZA PAMPONET E OUTRO(S) -**  
 : **BA018062**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por EDDY ELSON BRANDÃO NUNES, com fundamento no art. 105, II, "b", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia assim ementado (e-STJ fl. 226):

MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO. CONCURSO PÚBLICO. EDITAL SAEB/01/2012. RECLASSIFICAÇÃO COM AMPARO NA ANULAÇÃO DE QUESTÕES EM PROCESSO JUDICIAL DIVERSO. PRELIMINAR. DECADÊNCIA DO DIREITO DE IMPETRAÇÃO. ACOLHIDA. ESCOAMENTO DO PRAZO DE 120 DIAS PARA IMPETRAÇÃO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

1. O concurso público em exame foi homologado em 19/06/2013, expirando-se o prazo de validade do certame em 19/06/2015, sem notícias de prorrogação do certame pela Administração Pública. Neste sentido, o termo final para a propositura da ação mandamental foi o dia 18/10/2015, enquanto que este mandamus foi impetrado apenas em 16/03/2017, quando já escoado o prazo decadencial.

Na origem, o recorrente impetrou o *mandamus* contra ato omissivo do Secretário da Administração do Estado da Bahia – SAEB e do Comandante da Polícia Militar do Estado, visando à sua reclassificação no concurso público de Soldado da Polícia Militar, regido pelo Edital SAEB/01/2012.

Defende, em síntese, que a anulação de seis questões da prova de raciocínio lógico em processo judicial do qual não é parte deveria produzir efeitos a todos os candidatos do certame, em razão dos postulados da isonomia, da legalidade, da autotutela administrativa e da transcendência dos motivos determinantes.

Ao final, pleiteia a reforma do acórdão atacado com a concessão da ordem.

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 331).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 339/347).

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos

interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Estabelecida essa premissa, observo que o Tribunal de origem denegou a segurança, em razão da decadência do direito de impetração (e-STJ fls. 226/228).

Nas razões do presente recurso, contudo, a parte recorrente não impugnou especificamente esse fundamento, mas se limitou a reproduzir novamente o teor da argumentação tecida na inicial acerca do mérito da demanda, o que denota violação do princípio da dialeticidade e permite a aplicação das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia.

**Acerca da hipótese:**

**RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. RAZÕES DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF.**

1. A Corte Regional, ao julgar o Mandado de Segurança, denegou a ordem por entender que não há necessidade que justifique a impetração do mandamus quando já alcançado, administrativamente, o objeto da pretensão.
2. Não obstante as razões explicitadas pela instância a quo, ao interpor o recurso, a recorrente não impugnou o fundamento acima mencionado no tocante à desnecessária impetração do Mandado de Segurança tendo em vista que a sua pretensão já havia sido alcançada pela via administrativa.
3. Ao proceder dessa forma, não observou a recorrente as diretrizes fixadas pelo princípio da dialeticidade, dentre as quais se destacar a indispensável pertinência temática entre as razões de decidir e os fundamentos fornecidos pelo recurso para justificar o pedido de reforma ou de nulidade do julgado. Incidência, por analogia, das Súmulas 283 e 284 do STF.
4. Recurso em Mandado de Segurança não conhecido.  
(RMS 54.537/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 18/10/2017).

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF.**

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal.

III - Na forma da jurisprudência desta Corte, a Súmula n. 283/STF é aplicável aos recursos ordinários.

IV - O Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Agravo Interno improvido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

(AgInt no RMS 50.097/PB, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 21/02/2017).

No mesmo sentido, destaco as seguintes decisões monocráticas proferidas em casos idênticos aos destes autos: RMS 058.264/BA, Rel Ministra HELENA COSTA, DJe 22/08/2018; RMS 058.309/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 20/08/2018; RMS 057.920, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA; DJe 17/08/2018; RMS 056.928/BA, Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, DJe 1º/08/2018; RMS 055.653/BA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJe 28/06/2018.

Por fim, cumpre registrar que, como descabe condenação em honorários advocatícios no mandado de segurança, nos termos do art. 25 da Lei n. 12.016/2009, por conseguinte, não há previsão para arbitramento dos honorários recursais do art. 85, § 11, do CPC/2015, na esteira de orientação pretoriana (ARE 996.650 AgR, Relator Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 17/02/2017, DJe 10/03/2017, e ARE 948.578 AgR, Relator Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 21/06/2016, DJe 04/08/2016).

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator